

**DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ACESSIBILIDADE
COMUNICACIONAL, LINGUAGEM E ATUAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA**

Nilsa Taumaturgo de Sá de Souza

Walkiria Barbosa Santos

RESUMO

A educação inclusiva constitui um direito fundamental da pessoa com deficiência e requer a construção de ambientes acessíveis, acolhedores e capazes de responder às diferentes necessidades de aprendizagem. No caso da deficiência visual, compreendida principalmente pela cegueira e pela baixa visão, o acesso aos conteúdos educacionais depende da eliminação de barreiras que podem comprometer a participação, a autonomia e a comunicação do estudante. Nesse contexto, a Fonoaudiologia apresenta importante contribuição, especialmente por atuar nos aspectos relacionados à comunicação e à sua relação com a aprendizagem. Este trabalho discute a deficiência visual no contexto educacional a partir de uma perspectiva fonoaudiológica, abordando acessibilidade comunicacional, linguagem, interação, recursos auditivos e tecnológicos, audiodescrição e estratégias de comunicação acessível. Também são discutidas as possibilidades de atuação do fonoaudiólogo no ambiente educacional, em articulação com professores, familiares e demais profissionais, visando favorecer a participação do estudante e o acesso à informação e ao currículo. Destaca-se que a deficiência visual não determina incapacidade para aprender ou participar da vida acadêmica; as principais limitações podem surgir quando o ambiente não oferece condições adequadas de acessibilidade. Assim, a atuação interdisciplinar e a valorização das potencialidades do estudante constituem elementos essenciais para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Deficiência visual. Educação inclusiva. Fonoaudiologia. Comunicação. Linguagem. Acessibilidade comunicacional.

1. INTRODUÇÃO

A deficiência visual está relacionada a diferentes condições que podem resultar em cegueira ou baixa visão. A cegueira caracteriza-se por comprometimento significativo ou ausência da visão, enquanto a baixa visão envolve redução da capacidade visual funcional, podendo apresentar diferentes manifestações e níveis de intensidade. Essas condições interferem de maneira particular no acesso às informações, especialmente quando os conteúdos são apresentados predominantemente por meios visuais.

No ambiente educacional, essa realidade exige que os processos de ensino e aprendizagem sejam planejados de modo a garantir diferentes formas de acesso ao conhecimento. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece a educação como direito da pessoa com deficiência e assegura a existência de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo da vida (BRASIL, 2015). Dessa forma, a inclusão não deve se limitar à presença física do estudante na instituição de ensino, mas envolver condições concretas para sua participação, aprendizagem, comunicação e autonomia.

A comunicação ocupa posição central nesse processo. Informações apresentadas por meio de imagens, gráficos, gestos, expressões faciais, apontamentos, vídeos e outros recursos predominantemente visuais podem se tornar inacessíveis quando não são acompanhadas de alternativas adequadas. A verbalização, a descrição objetiva e os recursos auditivos podem, portanto, ampliar as possibilidades de acesso à informação.

É nesse ponto que a Fonoaudiologia pode contribuir para a educação inclusiva. De acordo com a Resolução CFFa nº 605/2021, posteriormente alterada pela Resolução CFFa nº 658/2022, a atuação do fonoaudiólogo na Educação envolve fundamentalmente os aspectos relacionados à comunicação e sua relação com a aprendizagem, considerando aquisição, desenvolvimento e possíveis dificuldades nesses processos (CFFa, 2021; CFFa, 2022).

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo discutir a deficiência visual no contexto da educação inclusiva, enfatizando a importância da acessibilidade comunicacional e apresentando as contribuições da Fonoaudiologia para favorecer a comunicação, a participação e o acesso ao processo educacional.

2. DEFICIÊNCIA VISUAL E PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

A experiência educacional da pessoa com deficiência visual é influenciada pelas características individuais da condição visual e pelas barreiras presentes no ambiente. Materiais didáticos, aulas, avaliações e atividades acadêmicas frequentemente utilizam recursos visuais como imagens, esquemas, gráficos, fotografias, vídeos e demonstrações. Quando esses elementos não são adaptados ou acompanhados de informações acessíveis, podem dificultar o acesso do estudante ao conteúdo.

Entretanto, a ausência ou redução da visão não significa ausência de possibilidades de aprendizagem. Amiralian (1997) destaca que a pessoa cega constrói o conhecimento por caminhos diferenciados, utilizando recursos que possibilitam a exploração e a compreensão das informações. A verbalização, a percepção tátil e os estímulos auditivos podem complementar ou substituir informações que, em outras situações, seriam obtidas visualmente.

Do ponto de vista comunicacional, é importante compreender que muitas interações cotidianas utilizam referências visuais de forma implícita. Apontar para um objeto, indicar uma direção com o olhar, utilizar uma expressão facial ou fazer referência a algo que está 'ali' são exemplos de situações que podem exigir mediação verbal para que a informação seja acessível à pessoa com deficiência visual.

Nesse contexto, a comunicação precisa ser planejada de maneira clara, objetiva e contextualizada. A descrição verbal de elementos relevantes, a organização das informações, a identificação dos interlocutores e a explicitação de gestos ou acontecimentos visuais são estratégias que podem favorecer a participação do estudante.

A Fonoaudiologia, por ter como objeto de atuação os aspectos da comunicação humana e sua relação com diferentes contextos de participação, pode contribuir para identificar barreiras comunicacionais e orientar estratégias que favoreçam a interação e o acesso à informação. No contexto educacional, essa contribuição deve ocorrer de forma articulada com os demais profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A acessibilidade comunicacional pode ser compreendida como a criação de condições para que a pessoa tenha acesso às informações, possa compreender mensagens e participe das interações em igualdade de oportunidades. No caso do estudante com deficiência visual, isso envolve, entre outras possibilidades, a utilização de descrições verbais, materiais em formatos acessíveis, recursos auditivos e tecnologias assistivas.

A audiodescrição constitui um recurso especialmente relevante quando informações visuais são indispensáveis para a compreensão de determinado conteúdo. Gráficos, imagens, vídeos, tabelas, mapas e apresentações podem ser acompanhados de descrições que apresentem os elementos essenciais de maneira organizada e objetiva. A descrição, entretanto, deve considerar a finalidade da informação e as necessidades do estudante, evitando excesso de informações irrelevantes.

A verbalização também deve ser incorporada às práticas educacionais. Quando o professor escreve na lousa, apresenta uma imagem, utiliza um gesto ou aponta para determinado elemento, é necessário que a informação visual seja acompanhada de uma explicação verbal suficiente para que o estudante possa acompanhar a atividade. Essa prática beneficia não apenas o estudante com deficiência visual, mas pode favorecer diferentes formas de aprendizagem.

Os recursos tecnológicos ampliam essas possibilidades. Computadores, leitores de tela, softwares de voz, arquivos digitais acessíveis, digitalizadores e outros dispositivos podem contribuir para a autonomia do estudante e para o acesso a materiais acadêmicos. A escolha dos recursos deve considerar as características individuais, os objetivos educacionais e a familiaridade do estudante com as tecnologias disponíveis.

No âmbito da Fonoaudiologia Educacional, a acessibilidade comunicacional relaciona-se diretamente à possibilidade de participação do estudante no processo de ensino-aprendizagem. O Conselho Federal de Fonoaudiologia reconhece a atuação do fonoaudiólogo na Educação em ações de promoção e prevenção, em parceria com os agentes envolvidos, considerando a comunicação e sua relação com a aprendizagem (CFFa, 2021).

4. CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A atuação fonoaudiológica no contexto educacional não deve ser compreendida como substituição do trabalho pedagógico, mas como uma contribuição especializada para os aspectos da comunicação relacionados à aprendizagem e à participação. A Resolução CFFa nº 605/2021 estabelece que o fonoaudiólogo pode desenvolver ações nos diferentes espaços educacionais, em parceria com os profissionais envolvidos no processo educativo.

Na perspectiva da deficiência visual, essa atuação pode envolver a identificação de barreiras comunicacionais que dificultem a participação do estudante, a orientação de estratégias de comunicação acessível e a colaboração na construção de ambientes que favoreçam a interação. O trabalho deve considerar as necessidades, potencialidades e preferências da própria pessoa, evitando abordagens que reduzam o estudante à sua deficiência.

Entre as possibilidades de contribuição estão a orientação quanto à organização das informações verbais, o uso de linguagem clara e contextualizada, a descrição de elementos visuais relevantes, a seleção de recursos que facilitem o acesso à informação e a orientação aos diferentes interlocutores que participam da rotina educacional.

A atuação fonoaudiológica também pode favorecer o diálogo entre escola, família e demais profissionais. A identificação de dificuldades comunicacionais e a construção conjunta de estratégias permitem que as adaptações utilizadas em um ambiente possam ser compreendidas e, quando apropriado, generalizadas para outros contextos de participação.

No campo da Fonoaudiologia Educacional, o trabalho interdisciplinar é fundamental. O Conselho Federal de Fonoaudiologia estabelece entre as competências do especialista a atuação em parceria com educadores, a colaboração para ambientes favoráveis à comunicação e à aprendizagem e o desenvolvimento de ações educativas e formativas destinadas aos diferentes participantes do processo educacional (CFFa, 2010).

5. ATUAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

A atuação do fonoaudiólogo no ambiente educacional deve partir da compreensão do contexto institucional e das necessidades dos estudantes. Em vez de concentrar-se exclusivamente em dificuldades individuais, a perspectiva educacional permite analisar também as barreiras presentes nas práticas, nos materiais, nas interações e nas formas de acesso ao currículo.

No caso do estudante com deficiência visual, o fonoaudiólogo pode colaborar com a equipe escolar na identificação de situações em que a comunicação não esteja suficientemente acessível. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando informações importantes são apresentadas apenas por meio de imagens, quando gestos não são verbalizados, quando vídeos não possuem descrição adequada ou quando materiais digitais não podem ser utilizados com os recursos de tecnologia assistiva disponíveis ao estudante.

Outra possibilidade é a realização de ações de orientação e formação junto aos professores e demais profissionais da instituição. Essas ações podem abordar estratégias de comunicação acessível, organização das informações, descrição de elementos visuais, interação direta com o estudante e utilização adequada de recursos auditivos e tecnológicos.

O fonoaudiólogo também pode contribuir para a construção de estratégias que favoreçam as relações interpessoais. A comunicação não está restrita ao conteúdo acadêmico; ela participa da convivência, da construção de vínculos, da expressão de necessidades e da participação social. Portanto, garantir acessibilidade comunicacional significa também possibilitar que o estudante participe das interações cotidianas da instituição.

É importante ressaltar que a atuação deve respeitar os limites e as competências dos diferentes profissionais. A construção de estratégias inclusivas exige cooperação entre Fonoaudiologia, Educação, família e demais áreas envolvidas, com o estudante como participante ativo das decisões que dizem respeito à sua própria experiência educacional.

6. ESTRATÉGIAS E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Entre as estratégias que podem favorecer a comunicação e a participação do estudante com deficiência visual no ambiente educacional, destacam-se:

- estabelecer diálogo com o estudante para conhecer suas necessidades, preferências, recursos utilizados e potencialidades;
- dirigir a comunicação diretamente ao estudante, evitando falar exclusivamente com acompanhantes ou monitores;
- identificar-se verbalmente ao iniciar uma interação quando houver possibilidade de dúvida sobre quem está falando;

- verbalizar informações apresentadas em lousas, slides, imagens, gráficos, tabelas e outros recursos visuais;
- descrever gestos, apontamentos, expressões e indicações visuais relevantes para a compreensão da atividade;
- organizar verbalmente informações espaciais e a disposição de objetos quando isso for necessário para a participação;
- disponibilizar materiais antecipadamente em formatos acessíveis, como arquivos digitais compatíveis com leitores de tela e materiais em áudio;
- utilizar audiodescrição para conteúdos visuais relevantes, considerando a finalidade pedagógica da informação;
- permitir a utilização de tecnologias assistivas que favoreçam o acesso aos conteúdos;
- planejar atividades e avaliações considerando os recursos de acessibilidade utilizados pelo estudante;
- orientar professores e demais profissionais sobre estratégias de comunicação acessível;
- garantir a participação do estudante nas atividades acadêmicas e sociais, evitando isolamento ou separação desnecessária.

A utilização dessas estratégias deve ser individualizada. Nem toda pessoa com deficiência visual necessita dos mesmos recursos ou da mesma forma de comunicação. Por essa razão, a escuta do estudante deve ocupar posição central na definição das adaptações.

7. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR

A educação inclusiva exige profissionais preparados para reconhecer barreiras e construir estratégias capazes de favorecer a participação de todos os estudantes. No caso da deficiência visual, essa preparação envolve conhecimentos sobre acessibilidade, comunicação e utilização de recursos que permitam diferentes formas de acesso às informações.

A Fonoaudiologia pode contribuir para essa formação por meio de ações educativas e orientações relacionadas à comunicação e à aprendizagem. A formação não deve ser direcionada somente aos professores, mas também aos gestores, familiares, equipes de apoio e demais profissionais que participam da rotina do estudante.

A atuação interdisciplinar é especialmente importante porque as barreiras enfrentadas pelo estudante podem envolver diferentes dimensões. A escola possui responsabilidade pedagógica e organizacional; a família participa da construção da autonomia e da continuidade das estratégias; outros profissionais podem contribuir conforme suas áreas de competência; e a Fonoaudiologia pode atuar nos aspectos comunicacionais relacionados à participação e à aprendizagem.

O diálogo com o próprio estudante é igualmente indispensável. Perguntar quais recursos utiliza, como prefere receber determinadas informações e quais situações dificultam sua participação permite construir estratégias mais efetivas. A inclusão deve reconhecer a pessoa como sujeito ativo, e não apenas como destinatária de adaptações.

8. ACOLHIMENTO, AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO

O acolhimento da pessoa com deficiência visual deve estar fundamentado no respeito à autonomia. Antes de oferecer ajuda, é importante perguntar se ela necessita de auxílio e de que maneira prefere ser auxiliada. Atitudes excessivamente protetoras ou infantilizadas podem limitar a autonomia e reforçar concepções equivocadas sobre incapacidade.

No ambiente educacional, a comunicação deve ocorrer diretamente com o estudante. Professores, colegas e demais profissionais devem evitar tratar a pessoa como dependente do acompanhante. Também é importante comunicar alterações relevantes no ambiente, identificar obstáculos e utilizar referências espaciais suficientemente claras quando necessário.

A participação social constitui parte importante da inclusão. O estudante com deficiência visual deve ter oportunidades de participar de atividades acadêmicas, culturais, recreativas e coletivas junto aos demais alunos. Para isso, as informações utilizadas durante essas atividades precisam estar acessíveis.

A Fonoaudiologia, ao considerar a comunicação como elemento fundamental da participação humana, pode contribuir para que as interações sejam mais acessíveis. A finalidade não é modificar a pessoa para adequá-la ao ambiente, mas colaborar para que o ambiente ofereça condições de comunicação compatíveis com suas necessidades.

9. TECNOLOGIA ASSISTIVA E ACESSO À INFORMAÇÃO

As tecnologias assistivas podem ampliar significativamente a autonomia da pessoa com deficiência visual. Leitores de tela, softwares de voz, arquivos digitais acessíveis, scanners e outros recursos podem facilitar o acesso a textos, documentos e materiais acadêmicos.

A utilização de tecnologias, entretanto, depende da compatibilidade entre o recurso, o ambiente e as necessidades do estudante. Por isso, a escolha e a utilização dos recursos devem considerar a experiência do usuário e as demandas concretas da atividade educacional.

No contexto fonoaudiológico, os recursos tecnológicos podem ser considerados dentro de uma perspectiva mais ampla de acessibilidade comunicacional. O objetivo é favorecer o acesso à informação e a participação, respeitando as habilidades e preferências do estudante e articulando as estratégias com professores, família e equipe interdisciplinar.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva da pessoa com deficiência visual depende da eliminação de barreiras e da criação de condições que possibilitem não apenas a presença, mas a participação efetiva no ambiente educacional. A cegueira ou a baixa visão não determinam incapacidade para aprender; as dificuldades podem surgir quando os conteúdos, as interações e os espaços não são acessíveis.

Nesse contexto, a acessibilidade comunicacional assume papel fundamental. A verbalização de conteúdos visuais, a audiodescrição, os recursos auditivos, os materiais acessíveis e as tecnologias assistivas podem ampliar o acesso às informações e favorecer a autonomia do estudante.

A Fonoaudiologia possui contribuição relevante nesse processo, especialmente por sua atuação nos aspectos da comunicação e sua relação com a aprendizagem. No âmbito educacional, o fonoaudiólogo pode colaborar com a identificação de barreiras comunicacionais, orientar estratégias acessíveis, participar de ações formativas e atuar em parceria com os diferentes agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, uma educação verdadeiramente inclusiva requer atuação interdisciplinar, planejamento e escuta do próprio estudante. A participação da Fonoaudiologia nesse processo fortalece a perspectiva de que comunicação e aprendizagem estão diretamente relacionadas à participação social e educacional. Garantir acessibilidade comunicacional significa ampliar

oportunidades para que a pessoa com deficiência visual aprenda, interaja, desenvolva suas potencialidades e participe efetivamente da comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre a formação dos profissionais da educação.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Ministério da Educação. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília: MEC, 2006.

BORGES, José Antonio dos Santos. Do Braille ao Dosvox: diferenças nas vidas dos cegos brasileiros. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Resolução CFFa nº 387, de 18 de setembro de 2010. Dispõe sobre as atribuições e competências do profissional especialista em Fonoaudiologia Educacional.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Resolução CFFa nº 605, de 17 de março de 2021. Dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo no âmbito da Educação.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Resolução CFFa nº 658, de 10 de março de 2022. Altera a Resolução CFFa nº 605/2021.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Fonoaudiologia na Educação. Brasília: CFFa, 2018.



MASINI, Elcie F. Salzano. O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 1, n. 1, p. 29-39, 1992.

SOUZA, O. S. H. A integração como desafio: a convivência do aluno deficiente visual na sala de aula. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.